

ATA DA 464ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Morais Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Representando a Corregedoria Geral, Carolina de Melo Teubl Gagliato, Horácio Xavier Franco Neto, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques e Representando a Ouvidora-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Presidente iniciou a sessão às 09h47min, encaminhando para leitura e aprovação da ata da 463ª Sessão Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, iniciou as comunicações da Presidência. Comunicou que, nesta semana, esteve na Assembleia Legislativa participando da entrega do prêmio “Santo Dias de Direitos Humanos”. Comunicou que também esteve na Assembleia Legislativa, a fim de tratar do projeto do reposicionamento inflacionário aos membros da instituição, mas apontou que a proposta do Deputado Campos Machado seria pautado após o feriado. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência temporária do Conselheiro Pedro Avellar, que estava elaborando a minuta de voto ao processo CSDP nº 260/16, e justificou a ausência do Conselheiro Rafael Bessa, em razão de licença. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Senhora Michael Mary Nolan, Representante do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Ela lembrou que há dois anos houve problemas na escolha do Ouvidor-Geral, que tentava mudar as regras nos últimos momentos do processo, assim criou-se uma comissão para rediscutir as regras, contudo não houve conclusão. Afirmou que a sociedade civil acredita na melhoria de não é contra mudar o processo, mas que deve ocorrer por meio de discussão na comissão, visando garantir a participação popular. Solicitou que houvesse a inversão da ordem do dia para julgamento do processo de escolha do Ouvidor, de modo que a sociedade civil fosse representada, e reafirmou a importância do trabalho conjunto com a instituição. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Comitê da População de Rua, Robson Cesar Correia de Mendonça. Ele manifestou que havia participado do movimento pela criação da Defensoria Pública, e mostrou preocupação com o processo de indicação do Ouvidor Geral, pois entende que a Ouvidoria é o canal para ouvir os anseios e necessidades da população. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Grupo de Articulação para Moradia de Idosos, Antonio Marques de Assis. Ele afirmou que a sociedade civil estava mobilizada para apoiar o Ouvidor Geral. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Maria Zélia de Brito Souza. Ela resgatou o histórico do manifesto da sociedade civil em defesa da criação da Defensoria Pública, e manifestou que a instituição precisava garantir a legitimidade da Ouvidoria, de modo que os anseios da população possam ter um canal de diálogo, e assim construir uma instituição verdadeiramente democrática. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante da Central de Movimentos Populares, Benedito Roberto Barbosa. Ele manifestou a preocupação no processo de escolha do Ouvidor Geral, e afirmou que a Defensoria Pública é referência no sistema judiciário em todo o país, tanto pela atuação em prol da população carente, como na inovação da criação de uma Ouvidoria externa. Pediu que a escolha fosse realizada nesta sexta-feira, e reforçou que a sociedade civil possui pressa em avançar na agenda do fortalecimento da Defensoria Pública, citando a expansão orçamentário, a ampliação da quantidade de Defensores e o estreitamento do vínculo com a sociedade civil. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Condepe), Maria Nazareth Cupertino. Pediu a inversão da pauta, pois o tema é extremamente importante para a sociedade civil, e frisou que o prazo para indicação havia se esgotado na sessão passada, e nesse sentido, apontou que houve a entrega de ofício do Condepe ao Defensor Público Geral, a fim de indicar o primeiro da lista, nos termos da deliberação vigente. Reforçou que houve uma eleição com debates legítimos, que ensejou a apresentação de

uma lista tríplice, e questionou o modelo adotado pelo Conselho, pois deixou de atender sua própria resolução de não indicar o Ouvidor mais votado. Criticou a fala do Conselheiro Pedro Avellar, que dizia que o Condepe não sabia escrever, e nesse sentido, manifestou que esse tipo de postura seria inadmissível. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Grupo de Articulação para Moradia de Idosos, Olga Quiroga. Ela pontuou que havia participado ativamente na criação da instituição, e por isso deseja estar apoiando a Defensoria Pública. Mostrou a importância da Ouvidoria, pois é o canal de comunicação dos grupos vulneráveis, que quase sempre não tem voz reconhecida. Complementou que, no âmbito da Defensoria Pública, a Ouvidoria sempre se manteve aberta para a sociedade, e continuará a lutar todos os dias para evitar de desconstrução do que foi conquistado. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Movimento Nacional da População de Rua, Darcy da Silva Costa. Ela discorreu sobre a dificuldade e sobre o ganho que a sociedade teve com a Ouvidoria Externa, nesse sentido, pediu que houvesse uma decisão, nesta sessão, a respeito da lista tríplice. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Movimento Sem Teto do Centro, Leni Ferreira Lemes. Ela manifestou o desejo da sociedade civil em dar posse ao Ouvidor Geral, bem como ao reconhecimento do voto direto da sociedade civil. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante da Sociedade Civil, Manoel Messias dos Santos. Ele agradeceu o momento de fala, mas cedeu ao Sr. Paulo Tavares Mariante, Representante do Fórum Municipal de Direitos Humanos de Campinas. Ele agradeceu ao colega pelo uso da palavra, e apontou que os movimentos haviam comparecido na sessão do Conselho, a fim de garantir o direito legítimo da sociedade, que votou através do Condepe. Lamentou que um dos Conselheiros havia dito que se a sociedade civil continuasse a colocar reivindicações, opinaria pela extinção da Ouvidoria. Abordou que o espaço destinado a manifestação da sociedade civil foi fruto do esforço dos movimentos sociais, e afirmou que a Defensoria Pública precisa da participação popular para ser um modelo público democrático, nesse sentido, mostrou a necessidade de garantir o canal de expressão através da Ouvidoria. Por fim, afirmou que seria inaceitável qualquer retrocesso, esperando-se respeito com a sociedade civil, que poderia estar se mobilizando contra um golpe da direita no cenário nacional, mas aguarda a decisão do colegiado para impedir um outro golpe. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante da Comunidade Brasil, Anabela Andrade. Ela relembrou a ocasião em que houve uma matéria veiculada pela imprensa contra a Defensoria Pública e a sociedade civil tinha expressado sua solidariedade, manifestando-se a favor da instituição. Manifestou que, da mesma forma, espera a contrapartida da instituição, apoiando e respeitando à sociedade civil no processo de escolha do Ouvidor. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante da Frente Estadual Manivomial, Evelyn Sayerg. Ela reforçou a fala dos demais, e afirmou que o modo de escolha do Ouvidor havia sido conquistado historicamente pela população, devendo ser respeitado o processo. Após, o Presidente registrou a ausência da Sra Antonia Lindinalva Ferreira do Nascimento, que estava inscrita ao momento aberto. Em seguida, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Luis Gustavo abordou que grande parte dos Defensores defendem a Ouvidoria externa, e afirmou que não há intenção majoritária de enfraquecer ou extinguir o órgão, entretanto, ponderou que deve haver respeito mútuo de posições, devendo haver um diálogo e construir conjuntamente as possíveis mudanças no processo de escolha do Ouvidor-Geral, pois entende ser necessário o aprimoramento, num segundo momento, a fim de democratizar ainda mais a indicação, inclusive entre as pessoas do interior. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira agradeceu a presença de todos, pois demonstra o fortalecimento da Defensoria Pública. Refletiu que a Ouvidoria é uma conquista para todos, e citou que outros órgãos como prefeituras, vem adotando o modelo, que ajuda no controle das políticas públicas com participação da sociedade civil. O Presidente considerou profícua a participação de todos, pois contribui em muito o debate, e complementou que o papel da Ouvidoria é extremamente relevante, propiciando o crescimento e o fortalecimento da Defensoria Pública. O Conselheiro Luiz Eduardo defendeu o Conselheiro Pedro Avellar sobre as críticas feitas ao Defensor, e afirmou que muitos desconhecem sua origem humilde, sua vocação para ser Defensor Público, e que em momento algum teve a pretensão de destruir movimentos sociais ou a Ouvidoria. Avaliou que não havia razão para toda aquela tensão, pois ainda não havia entrado no mérito da matéria, de modo que talvez o resultado final fosse

idêntico ao esperado. Explicou que a discussão tange apenas como deveria ocorrer o processo de escolha, e citou que sequer conhecia os três indicados a lista. Assim, pediu que houvesse respeito nas manifestações, independente da discordância dos demais. O Conselheiro Horácio Xavier considerou que não há margem de protelação da escolha, tendo em vista que a norma traz o prazo de duas semanas, caso contrário haveria a indicação automática do candidato mais votado. Contudo, apontou que na votação para escolha do Defensor Geral, os membros também pedem que a votação da maioria fosse respeitada na escolha do Governador, mas que não havia essa obrigação, citando o caso da primeira gestão da Defensoria Pública. Enalteceu o empenho e dedicação, e saudou o Conselheiro Pedro Avellar pelos seus feitos na defesa dos usuários e na construção da instituição. Por fim, defendeu o respeito ao livre direito de manifestação. O Conselheiro Bruno Napolitano manifestou satisfação com a presença da sociedade civil, como forma de participação legítima, e pediu que houvesse respeito às posições contrárias, lamentando que houve manifestações diversas durante a fala dos Conselheiros. Comunicou que, desde janeiro, a Coordenadoria Geral de Administração vêm solicitando à Secretaria de Saúde a vacinação para os membros da Defensoria Pública, mas recebeu como resposta a informação de que há etapas de prioridades, sendo a terceira a que engloba os servidores públicos. Comunicou ainda que, havia participado de uma reunião com a Corregedoria-Geral de Justiça, visando avançar na definição de novo fluxo de comunicação entre os Defensores e as varas judiciais, a fim de melhorar o tramite que hoje consome tempo dos Coordenadores com o uso do E-saj. Abordou que, nesta semana, havia realizado uma reunião em conjunto com o Departamento de Assistência Penitenciária e com o Coordenador da Capital da Região Metropolitana da SAP, visando tratar da entrada de Defensores Públicos em Centros de Detenção Provisória, citando a unidade de Pinheiros, a fim de evitar constrangimentos no acesso. Nesse sentido, encaminhou para que houvesse passagem pelo detector de metais simples. Comunicou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação havia criado novos e-mails institucionais para as regionais, unidades e polos, objetivando centralizar e despensalizar o contato, de modo que na mudança da Coordenação, não se perca o histórico institucional. Comunicou ainda que, nesta semana, houve a mudança do domínio eletrônico da Defensoria Pública, tanto para o portal como para os e-mails institucionais. Apontou que o domínio “.gov.br” seria substituída por “.def.br”, e comentou que a mudança foi fruto de um projeto nacional do Condege, visando reforçar a autonomia das Defensorias Públicas, desvinculando ao executivo. Nesse sentido, informou que os endereços antigos funcionarão por mais um ano, até que o novo domínio fosse completamente independente. Por fim, relatou que a Segunda e a Terceira Subdefensorias estão finalizando a criação de um escritório de projetos, tendo como objetivo adequar a mais moderna gestão pública, a fim de profissionalizar a atuação. O Conselheiro Alexandre Orsi comentou que, nos últimos dois anos, havia aprendido muito com o Conselheiro Pedro Avellar. A Representante da Apadep, Franciane Marques lembrou que há dois anos, quando era Conselheira relatora do processo de escolha do Ouvidor havia participado de várias discussões, inclusive apresentação do plano de trabalho dos candidatos. Avaliou que a sociedade civil está em seu papel em garantir a legitimidade de seus anseios, mas ponderou ser necessário evitar o conflito em nome do objetivo comum de todos, mas que existem questões técnicas e administrativas que o Colegiado precisa debater, ao contrário do que foi dito que haveria golpe, e afirmou que a instituição não tem esse interesse. Indagou sobre as ações para resolver as dificuldades enfrentadas nas Varas de Execuções Criminais de Presidente Prudente. Por fim, relatou a realização de reunião entre Defensores e a Segunda Subdefensoria Pública-Geral, visando tratar da expansão das audiências de custódia para a Região Metropolitana da Capital. Nesse sentido, indagou se haverá publicação do edital na próxima segunda-feira. Com relação ao caso de Presidente Prudente, o Conselheiro Luis Gustavo informou que haveria uma reunião com os Defensores locais, a fim de entender os problemas locais, e em seguida levar o problema para tratar junto à Corregedoria Geral de Justiça, para uniformização da atuação. Complementou que, em sessão passada, havia conversado com o Núcleo de Situação Carcerária havia protocolado representações formais na Corregedoria Geral de Justiça. Com relação ao caso de audiências de custódia, o Conselheiro Bruno Napolitano informou que busca trabalhar no ato, nos moldes de como acordado na reunião em questão, devendo ser publicado nos próximos dias, visando a participação de Defensores voluntários, tendo início no dia 02 de maio do corrente

ano. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 260/16. Interessada: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Presidente proferiu a leitura de um ofício encaminhado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), que solicitava a nomeação imediata do candidato mais votado para o cargo de Ouvidor-Geral, visto o encerramento do prazo para análise, nos termos da Deliberação CSDP nº 157/10. Esclareceu que o prazo inicial para escolha do Ouvidor-Geral teria encerrado no dia 08 de abril, no entanto, o Conselho Superior interpretou, por maioria de votos, em sua na 463ª Sessão Ordinária, que a escolha do Ouvidor-Geral seria adiada para a próxima sessão, a ser realizada no dia 15 de abril, a fim de que os Conselheiros tivessem tempo hábil para análise da documentação complementar apresentada pelo Condepe no dia 01 de abril de 2016. Informou que na ocasião também deliberou-se pela expedição de convite aos três candidatos mais votados para ocupação do Cargo de Ouvidor-Geral, o qual foi cumprido pela Secretaria do Conselho Superior em 13 de abril de 2016. Por esta razão, respondeu que a Defensoria Geral negou o pedido de nomeação imediata, prosseguindo com o andamento do julgamento, no âmbito do Conselho Superior, conforme deliberado na última sessão. Após, franqueou a palavra ao candidato ao cargo de Ouvidor Geral, Felipe Tannus Moreira da Costa. Ele criticou a postura do Conselho Superior com relação as tratativas do processo de escolha do Ouvidor-Geral, e lamentou que a sabatina realizada pelo Condepe, no espaço da instituição, tenha contado com a presença de poucos Defensores Públicos e nenhum conselheiro. Recusou-se a expor suas propostas e currículo por compreender que esse procedimento deslegitima o processo de escolha promovido pelo Condepe. Criticou a ausência do relator durante a manifestação do momento aberto, considerando um descaso pelo processo. Informou que o orçamento de outras instituições, citando o Ministério Público, seria bem superior ao da Defensoria Pública, e nesse sentido, lamentou a falta de investimento do Governo para com a instituição. O Presidente justificou que o relator estava temporariamente ausente por estar finalizando o voto relativo a escolha do Ouvidor-Geral. Após, franqueou a palavra ao Ouvidor-Geral, Alderon Pereira da Costa, candidato a recondução do cargo. Ele agradeceu o Condepe e ao Conselho Superior pela condução dos trabalhos relativos a escolha do Ouvidor Geral e a presença da Sociedade Civil. Mostrou a importância de debates acerca deste tema, visando uma indicação, sem a necessidade de apresentação da lista tríplice. Mostrou-se contrário a realização da sabatina, visto que este procedimento já havia sido realizado junto a Sociedade Civil, e destacou que a não realização deste evento não enfraqueceria o processo e muito menos deslegitimaria o Conselho Superior. Apontou que os demais candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral, demonstraram ser bem preparados e capacitados, e considerou que por serem do interior, proporcionaria uma visão diferenciada ao processo. Consigna-se que a candidata Raquel da Cruz Lima não esteve presente à Sessão do Conselho Superior. Após, o Presidente franqueou a palavra ao relator. O Conselheiro Pedro Avellar leu o relatório e proferiu voto no sentido de indicar Alderon Pereira da Costa para a recondução ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, bem como algumas sugestões de mudança no processo de escolha do Ouvidor. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi informou que a escolha do Ouvidor-Geral se trata de um ato complexo, visto a importância do referido cargo. E nesse sentido, destacou a importância da apresentação de uma proposta bem fundamentada. O Conselheiro Horácio Xavier registrou insegurança para manifestar seu voto, visto a nulidade suscitada pelo Conselheiro Pedro Avellar, em que haveria um pedido de impugnação do edital em análise na Procuradoria Geral do Estado. Considerando a possibilidade da Procuradoria Geral do Estado se manifestar pela ilegalidade da lista, absteve-se da votação. O Conselheiro Luis Gustavo enalteceu o voto do relator, inclusive aos pontos levantados no voto, e saudou a atuação do Conselheiro Pedro Avellar em prol da instituição. O Conselheiro Alexandre Orsi pediu para que a Secretaria do Conselho Superior encaminhasse cópia do voto aos autos a sua relatoria, ou seja, ao processo CSDP nº 004/16, a fim de instruir na análise do caso. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator,

indicar Alderon Pereira da Costa para recondução ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Absteve-se o Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. Registra-se que o Presidente informou que se ausentaria da sessão, e agradeceu a presença de todos, reafirmando o compromisso da instituição com a sociedade civil. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira agradeceu ao relator pela confiança e o compromisso de deliberação dos autos, e fez uma deferência ao Condepe, que possui muita importância na vida dos movimentos sociais. Sugeriu que o Condepe anexasse às correções apontadas pelo relator, inclusive jurídicas, a fim de caminhar no diálogo entre as instituições. Agradeceu ao Conselho Consultivo da Ouvidoria, e a presença de todos envolvidos. Consigna-se que às 13h47min a Presidência foi substituída pela Corregedoria Geral, nos termos do artigo 32, §3º da Deliberação CSDP nº 01/06. Registra-se que, após a votação do Ouvidor-Geral e assunção da Presidência pela Corregedoria, a Representante da Corregedoria Geral, Carolina Gagliato, parabenizou o Ouvidor-Geral reconduzido, e manifestou que o diálogo deve ser sempre respeitoso e, desta forma, ele enriquece a solução a ser dada a determinada questão, uma vez que cada pessoa contribui com seu ponto de vista e seu conhecimento. CSDP nº 240/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de retificar a lista final do mês de março de 2016, com relação a Regional Leste, conforme apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, retificar a lista final do mês de março de 2016, em razão de erro material com relação à Regional Leste, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu relatório e proferiu voto pela abertura de prazo para manifestação de interessados. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO - Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 263/16, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelos Defensores Públicos Luis Guilherme Pereira Delledono, classificado na 07ª Defensoria Pública da Unidade de Bauru e Maria Cecília Remoli de Souza Lopes, classificado na 13ª Defensoria Pública da Unidade de Bauru, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até às 17h do dia 22 de abril de 2016, através do endereço conselho@defensoria.sp.gov.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. O processo de análise dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 29 de abril de 2016. CSDP nº 264/16. Interessada: Luana Clementino Chalegre. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "VIII Encontro de Pós-Graduandos em estudos discursivos", a ser realizado nos dias 28 e 29 de abril de 2016. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O relator leu relatório e proferiu voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 296/16. Interessado: Paulo Keishi Ichimura Kohara. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de doutorado, no período de 11 de março a 01 de julho de 2016. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator informou ter recebido os autos naquela manhã, e manifestou seu entendimento de converter o julgamento do processo em diligência, pois não havia dados necessários nos autos para análise do feito. Assim, solicitou a manifestação da Coordenadora, da outra servidora que trabalha com o interessado, e a juntada de todos os documentos relativos a esse pedido na Corregedoria. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Bruno

Miragaia ponderou que no caso de ausência de documentos, deveria ser aplicado o enunciado nº 04, mas sugeriu que houvesse a consulta do proponente no sentido de saber se há necessidade da presença física dele na disciplina. O Conselheiro Luis Gustavo endossou a manifestação do Conselheiro Bruno Miragaia, visando colher também a manifestação do interessado, acerca da necessidade da presença física na disciplina e a impossibilidade dele concluir em outro período, fora do horário de expediente. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 318/16. Interessada: Fabiana Botelho Zapata Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 05 de abril de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e acompanhou o parecer do Departamento de Recursos Humanos, no sentido de arquivar o pedido, em razão da perda de objeto, tendo em vista a republicação da lista de antiguidade em data posterior. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, arquivar o feito em razão da perda de objeto. CSDP nº 321/16. Interessada: Patricia Luciola Dias de Moraes. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 05 de abril de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e acompanhou o parecer do Departamento de Recursos Humanos, no sentido de arquivar o pedido, em razão da perda de objeto, tendo em vista a republicação da lista de antiguidade em data posterior. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, arquivar o feito em razão da perda de objeto. CSDP nº 328/16. Interessado: Samir Nicolau Nassralla. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 05 de abril de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e acompanhou o parecer do Departamento de Recursos Humanos, no sentido de arquivar o pedido, em razão da perda de objeto, tendo em vista a republicação da lista de antiguidade em data posterior. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, arquivar o feito em razão da perda de objeto. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h59min, sendo prorrogados os demais processos da ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14 Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14 Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando

regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14 Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14 Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15.

Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo). Interessados/as: (011/16). Eric Guilherme Ferreira de Carvalho; (012/16) Leonardo Arantes Vicentini; (013/16). Marcel Benetti Boer; (015/16). Fabio Henrique Esposto; (019/16). Lizandra Rabelo Duarte; (020/16). Laura Barbosa Ravagnani; (026/16). Thais de Assis Figueiredo Guimarães Aiello; (034/16). Celso Leo Yamashita; (035/16). Felipe Balduino Romariz; (037/16). Felipe Amorim Princesa; (038/16). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza; (041/16). Nayara Rocha Rincon; (042/16). Guilherme

Diniz Barbosa; (047/16). Luiz Otavio Contim Ferratto; (048/16). Anderson Almeida da Silva; (049/16). Clodoaldo Saguini Junior; (050/16). Fernando Pinheiro Gamito; (052/16). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva; (054/16). Allan Ramalho Ferreira; (055/16). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes; (058/16). Lucia Thome Reinert; (062/16). Urbano Finger Neto; (064/16). Hendrinne Fontana Noorduin; (065/16). Raul Carvalho Nin Ferreira; (066/16). Rafael de Paula Eduardo Faber; (067/16). Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro; (068/16). Fernanda Penteado Balera; (069/16). Danilo Tadeu Szigmond Franco; (070/16). Daniel Palotti Secco; (071/16). Ligia Cintra de Lima Trindade; (072/16). Samuel Friedman; (074/16). Renato Campolino Borges; (077/16). Davi Quintanilha Failde de Azevedo; (084/16). Carlos Eduardo de Moraes Domingos; (088/16). Cecilia Cardoso Soares; (092/16). Thiago de Luna Cury; (093/16). Alline Delbem; (095/16). Dione Ribeiro Basilio; (096/16). Luciano Dal Sasso Masson; (099/16). Octavio Augustus Cordeiro; (100/16). Sergio Andre Weise Chinez; (102/16). Luiz Felipe Vanzella Rufino; (104/16). Claudia Manning; (105/16). Carla Pinheiro Martins; (107/16). Julio Cesar Vales; (111/16). Danielle Rinaldi Barbosa; (112/16). Diogo de Almeida Lopes; (115/16). Helena de Lacerda Rodrigues Lage; (116/16). Estela Waksberg Guerrini; (117/16). Adriano Pinheiro Machado Buosi; (122/16). Soraia Anka; (123/16). Gabriela Galetti Pimenta; (127/16). Mariana de Gouvea Guarda; (128/16). Manuela Beatriz Gomes; (129/16). Ana Carolina Minutti; (130/16). Fernanda Silva Guido; (133/16). Andrea de Almeida Brunhari Bullara; (138/16). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto; (141/16). Renata Scandiuizzi da Silveira; (142/16). Maira Ferreira Tasso; (145/16). Julia Aparecida Romão da Silva; (146/16). Lucas Akira Pascoto Nishikawa; (147/16). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza; (148/16). João Ricardo Meira Amaral; (149/16). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos; (150/16). Dennis Gerson Camargo Ramos Salgretti; (151/16). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante; (152/16). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo; (174/16). Julio Camargo de Azevedo; (175/16). Tatiana Mendes Soares Bacheaga; (178/16). Isabela Halley Hatty; (185/16). Juliana Alves de Almeida; (188/16). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo; (189/16). Angelo de Camargo Dalben; (190/16). Felipe Hotz de Macedo Cunha; (210/16). William Roberto Casimiro Braga; (211/16). Michelle Boaventura Cordeiro; (212/16). Marcelo Dayrell Vivas; (215/16). Rafael Pitanga Guedes; (217/16). Alessandra Pinho da Silva; (221/16). Paula Sant'Anna Machado de Souza; (224/16). Gustavo Picchi; (228/16). Laura Naves Filisbino; (229/16). Tatiana Campos Bias Fortes; (231/16). Ricardo Augusto Paganucci Lodi; (232/16). Priscila Domiciano da Silva; (233/16). Fausto Dalmaschio Ferreira; (234/16). Fernanda Capitanio Macagnani Soldi; (235/16). Danielle Gaiotto Junqueira; (238/16). Monica de Toledo Thomazella; (241/16). Fabiana Julia Oliveira Resende. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16 Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho

Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/16. Interessada: Coordenadora Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 259/16. Interessada: Luciana Beirigo Oliveira Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares, no período de 01 (um) ano. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 262/16. Interessada: Danielle Gaiotto Junqueira. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de pós-graduação no exterior, no período de 22 de agosto de 2016 a 05 de maio de 2017. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/14. Interessado/a: Ligia Mafei Guidi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 083/14. Interessado/a: Priscila Aparecida Lamana Diniz. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h59min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quinze dias do mês de abril do ano de 2016.

Rafael Morais Português de Souza
Presidente

Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

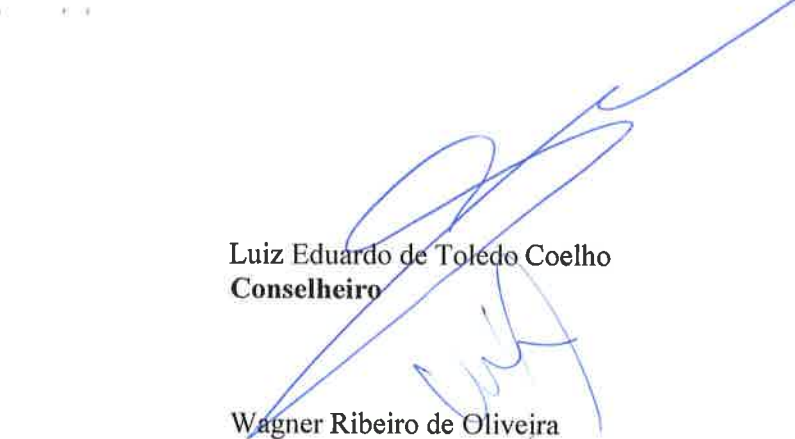
Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

Carolina de Melo Teubl Gagliato
Representante da Corregedoria-Geral

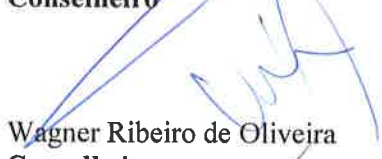
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro

Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro




Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Franciane de Fatima Marques
Representante da Apadep



Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral

